

O USO DA TECNOLOGIA NA MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

PLANO DE INTERVENÇÃO CIDADE DE SANTA MARIA/RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública com ênfase em governo Local.

Aluno: André Luís Sampaio Fehrenbach

Orientador(a): Rosimere de Souza (Mestre em Serviço Social)

Brasília – DF

Outubro/2018

O USO DA TECNOLOGIA NA MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E ENGAJAMENTO DO CIDADÃO

Autor: André Fehrenbach

Escola Nacional de
Administração
Pública -ENAP

Saúde, Tecnologia, Serviços.

Resumo:

Pretende-se com este Plano de Intervenção apresentar conceitos primordiais sobre Saúde Pública e o uso da Tecnologia nos Serviços Públicos para criação de uma ferramenta para melhoria do atendimento ao cidadão de Santa Maria. Foi realizada uma revisão para construção da proposta de Plano de Intervenção, por meio de publicações acadêmicas, livros, legislação e documentos públicos, seguida do desenho de modelo de implantação, no sentido de orientar e guiar gestores que lidam com as atividades de saúde e tecnologia. A análise dos fatores que influenciam no desenvolvimento do plano de intervenção são a utilização do Plano Municipal de Saúde de 2018 a 2022 e Santa Maria e o Programa Fila Zero. Os resultados obtidos na pesquisa mostram a necessidade do uso de tecnologia na melhoria dos serviços de saúde do município.

SUMÁRIO

1. DIAGNOSTICO	4
1.1. Definição do problema	4
1.2. Contexto/justificativa do problema	4
1.3. Metodologia de coleta de dados.....	11
1.4. Localização do Plano de Intervenção	11
1.5. Público-Alvo	11
1.6. Valor previsto para o projeto	11
1.7. Duração do Projeto.....	11
1.8. Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora	11
2. OBJETIVOS	12
3. Marco Técnico e Teórico	12
3.1. Saúde no Brasil.....	12
3.2. Tecnologia na Gestão Pública.....	14
4. Escopo do Projeto	15
4.1. Estrutura Analítica do Projeto	15
4.2. Não escopo do projeto	16
4.3. Levantamento de RESTRIÇÕES, PREMISSAS E riscos	16
4.4. Estrutura de gestão e principais atores envolvidos no Projeto...16	
4.5. Quadro de Trabalho/equipe do projeto	17
5. Cronograma do Projeto.....	19
6. Estratégia de Monitoramento e Avaliação do Projeto.....	19
Considerações finais	21
Referências bibliográficas	22

1. DIAGNOSTICO

1.1. Definição do problema

A Saúde é um dos temas de maior preocupação da população brasileira, tornando-se um dos principais desafios para os Gestores Públicos. Carência de profissionais de saúde, insuficiência de recursos, falta de estrutura e falha administrativa dos recursos, são alguns dos problemas encontrados.

O município de Santa Maria, no Rio Grande Sul, também passa por esses problemas, mesmo com projetos e programas que visam a melhoria dos serviços, ainda são grandes os desafios para o progresso de atendimento, transparência, agendamento de consultas e das redes de atendimento.

Em conversas com o Prefeito e com a Secretaria de Saúde, constatou-se a dificuldade desde o início do governo em 2017, na redução do número de pessoas aguardando por atendimento, devido a dificuldade no agendamento e contato com os pacientes para consultas e exames, da localização dos postos de atendimento, fornecimento de medicamentos, além de informações sobre os recursos oferecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde.

1.2. Contexto/justificativa do problema

O município de Santa Maria, cidade pólo da Região Central do Rio Grande do Sul, encontra-se no centro geográfico do estado, sendo caracterizada por uma população jovem cuja presença é transitória devido as 7 instituições de Ensino Superior, que representa em torno de 30 mil estudantes universitários no município durante o ano. Destaca-se por ser um dos principais centros acadêmicos do país, a segunda maior concentração militar do Brasil, com 19 organizações militares do Exército e um Esquadrão da Aeronáutica com sis unidades. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem população estimada em 2018 de 280.505 pessoas, a cidade é a quinta maior do estado, tendo como salário médio 3,1 salários mínimos.

A Saúde do Município está estruturada da seguinte forma: Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Estratégias de Saúde da Família, Estratégias de Agentes

Comunitários de Saúde, Serviços Especializados e Complementares, Policlínicas, Pronto Atendimento Municipal, Serviço de Vigilância em Saúde, SAMU e UPA (estes terceirizados), laboratórios de Análises Clínicas contratualizados pela 4ª CRS, além dos Hospitais públicos, como o Hospital Casa de Saúde e o Hospital Universitário de Santa Maria - HUSM (Hospital Escola), e os privados, como o Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo – HCAA e o Hospital São Francisco.

Com o início da nova gestão em 2017, foi apurado que os usuários dos serviços de saúde que aguardavam atendimento desde 2012, 8.610 faleceram, com isso necessitando da criação de um meio para redução destes números.

A Secretaria de Município da Saúde foi criada em 28/11/90, pela Lei Municipal nº 3.266/90, estruturada conforme as leis: Lei nº 3.497/92, de 02/07/92; Lei Municipal nº 4.021/96 de 06/12/96 e Lei Municipal nº 4.239/99 de 28/06/99. No entanto, o Art. 6º do Decreto Executivo nº 077, de 1º de junho de 2009, regulamenta a Estrutura Organizacional e funcionamento da Secretaria de Município da Saúde, conforme parágrafo único, Art. 7º, Lei Municipal nº 5189, de 30-04-2009.

Conforme a Resolução Nº 555/12 – CIB/RS, que altera a configuração de Regiões de Saúde no Rio Grande do Sul, e institui as Comissões Intergestores Regionais (CIR), o Município está inserido na 1ª Região de Saúde, a qual pertence a 4ª Coordenadoria Regional de Saúde – 4ªCRS, sendo essa polo de 32 municípios. De acordo com a NOB 96, Santa Maria está na Gestão correspondente a plena da Atenção Básica aguardando as novas deliberações referentes às regiões de saúde.

No ano de 1991, através da Lei Municipal nº 3.355, de 19 de setembro de 1991, e alterado pela Lei Municipal nº 3.871/95, de 10 de abril de 1995, foi criado o Conselho Municipal de Saúde (CMS), sendo este órgão integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria, como uma instância colegiada, deliberativa, fiscalizadora, propositiva e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS).

A equipe da Secretaria Municipal de Gestão de Santa Maria é formada pela Secretária, Secretária adjunta, Chefe de Gabinete, Superintendência Administrativo e Financeira, Superintendência de Atenção Básica, Superintendente de Atenção Especializada, Superintendência de Vigilância em Saúde e Gerente Setorial, além de 841 funcionários.

Cargo	Nº de Funcionários
Agente Administrativo	39

Agente Administrativo Auxiliar	14
Agente Administrativo I	02
Agente Administrativo II	01
Agente Comunitário de Saúde	108
Agente de Obras I	02
Agente de Processamento II	01
Agente de Saúde (Estadual)	01
Agente de Saúde Pública	16
Agente de Assistência	69
Agente Redutor de Danos a Saúde	04
Arquiteto	01
Assessor de Governo Municipal	02
Assistente Social	08
Atendente de Consultório Dental	07
Auxiliar de Consultório Dental	08
Auxiliar de Farmácia	04
Auxiliar de Laboratório	05
Auxiliar de Operações I	02
Auxiliar de Serviços Gerais	31
Auxiliar de Serviços Técnicos	01
Auxiliar em Assistências	21
Auxiliar em Enfermagem	01
Chefe de Gabinete	01
Cirurgião Dentista Esf	08
Coordenador	07
Coordenador Setorial	13
Enfermeiro	66
Enfermeiro Esf	24
Engenheiro Civil	01
Engenheiro de Segurança	01
Engenheiro Florestal	01
Farmacêutico – Bioquímico	17

Fiscal Municipal I	01
Fiscal Municipal II	11
Fisioterapeuta	08
Fonoaudiólogo	04
Gerente de Projetos	03
Guarda Municipal	37
Médico – ESF	04
Médico – Cirurgia Geral	02
Médico Clínico Geral	47
Médico Clínico Geral – ESF	02
Médico Ginecologista	05
Médico Gineco Obstetra	08
Médico Infectologista	01
Médico Neurologista	02
Médico Oftalmologista	02
Médico Pediatra	14
Médico Pediatra - ESF	01
Médico Plantonista	08
Médico Plantonista Urgência	01
Médico Proctologista	01
Médico Psiquiatra	02
Médico Radiologista	02
Médico Urologista	02
Médico Veterinário	03
Motorista de Automóvel e Util	28
Motorista de Caminhão	13
Nutricionista	02
Odontólogo	25
Operador de Máquina Rodoviária	01
Professor	04
Programador de Computador	01
Psicólogo	21

Psicopedagoga	01
Sociólogo	01
Superintendente de Serviço de Saúde / Secretário	01
Técnico de Agropecuária	01
Técnico em Enfermagem – ESF	21
Técnico em Enfermagem	38
Técnico em Radiologia	12
Técnico em Saúde Mental	07
Técnico em Saúde do Trabalho	01
Técnico I	01
Telefonista	02
Vigilante	02

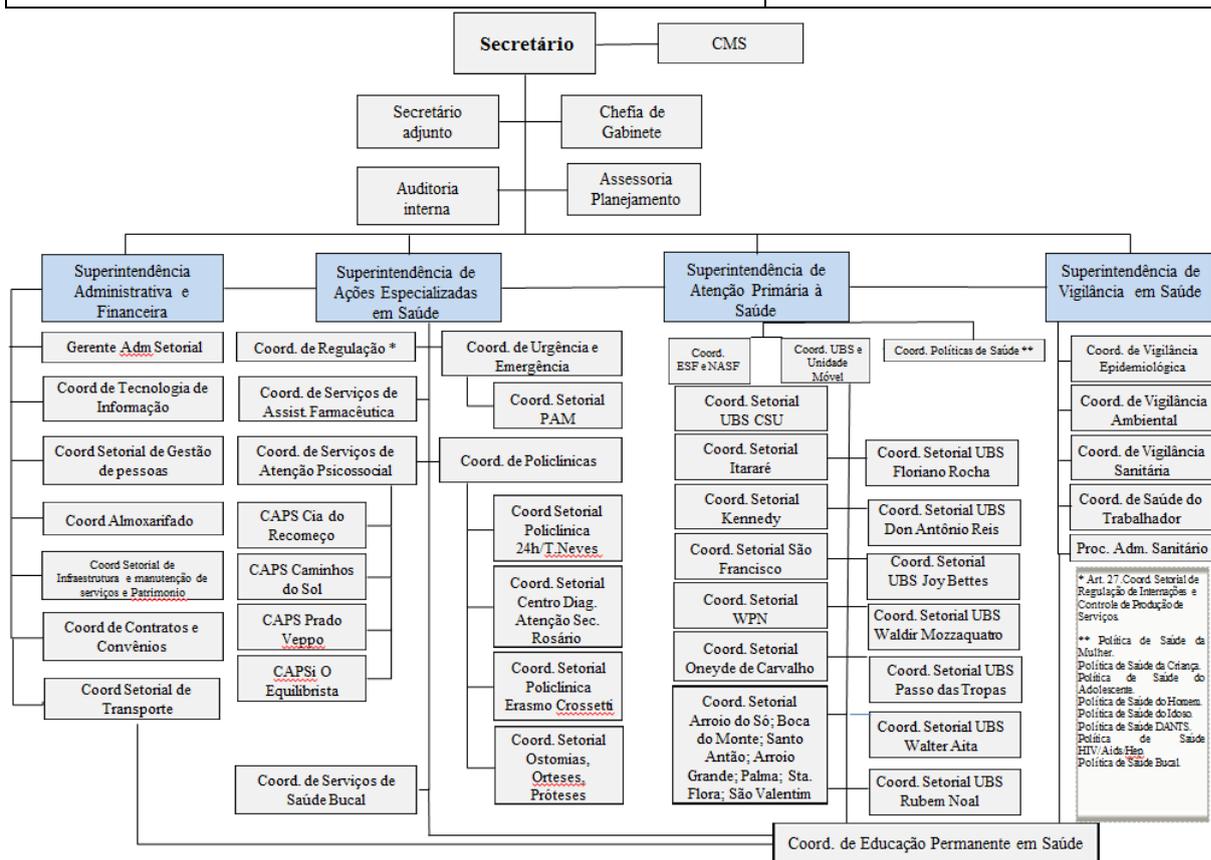


Figura 01: Organograma SMS Fonte: Gestão SMS

A cidade oferece 803 serviços de saúde distribuindo-se em:

- 36 Centros de Saúde/Unidades Básicas;
- 11 Policlínicas;

- 05 Hospitais Gerais;
- 584 Consultórios Isolados;
- 87 Clinicas/Centro de Especialidades
- 63 Unidades de Apoio Diagnose e Terapia;
- 01 Unidade Móvel Terrestre;
- 05 Unidades Móveis Pré-Hospitalar na Área de Urgência;
- 01 Unidade Móvel Terrestre;
- 05 Unidade Móvel Nível Pré-Hospitalar na área de urgência 5
- 01 Farmácia;
- 02 Centrais de Gestão em Saúde;
- 01 Centro de Atenção Hemoterapa e/ou Hematologia
- 03 Pronto Atendimentos
- 04 Centro de Atenção Psicossocial

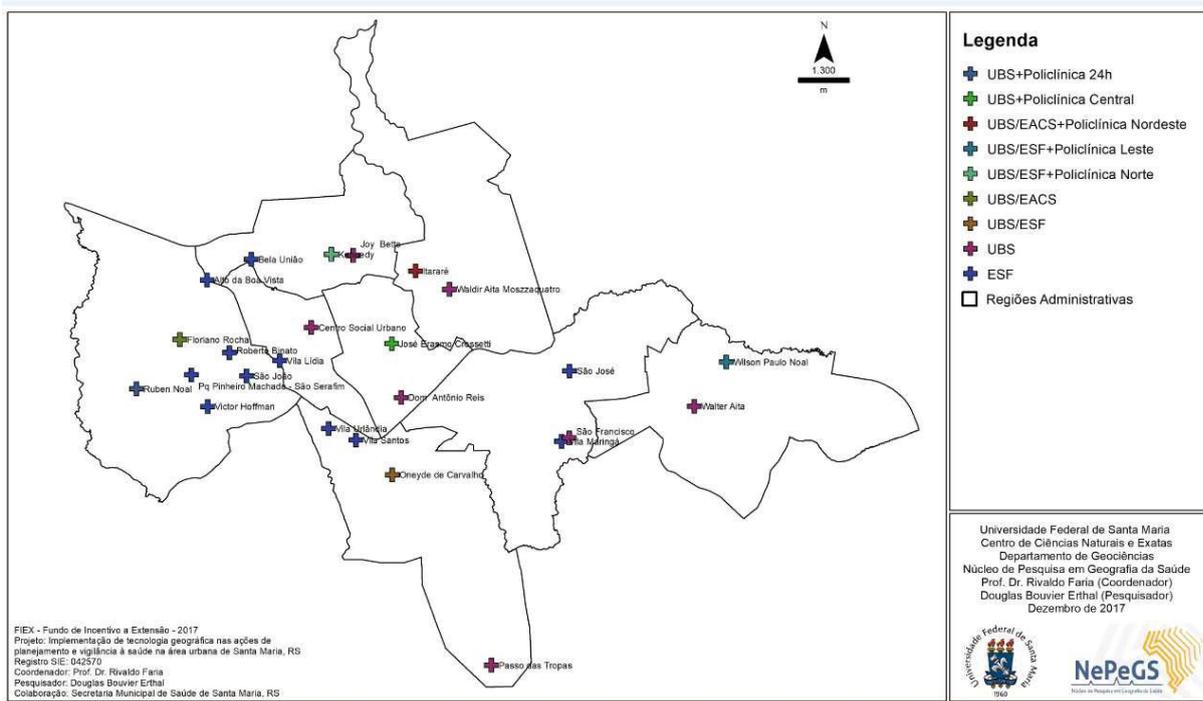


Figura 01: Rede de Serviços Públicos Municipais. Fonte: NePeGS/UFSM

Com essa demanda de serviços, a Prefeitura Municipal de Santa Maria criou no ano de 2017 o Programa “Mutirão Fila Zero”, que tem com o objetivo de zerar a fila de consultas e exames pelo Sistema Único de Saúde no município, que sofre com demandas e atrasos de consultas desde o ano de 2012. Formada por uma equipe de seis pessoas

que atuam diretamente no call center, fazendo as ligações para os pacientes. Outras 20 pessoas, todos servidores do município, atuam diretamente no setor de regulação, que encaminha as solicitações.

NÚMEROS DO PROGRAMA MUTIRÃO FILA ZERO (até 27 de dezembro de 2017)

Número de consultas agendadas Consulfarma: 36.539

Número de Exames agendados Consulfarma: 27.611

Consultas SISREG agendadas (até novembro) 11.975

Exames SISREG agendadas (até novembro) 10.098

Não querem consultas/exames: 8.668

Telefonema Caixa Postal: 16.523

Total de ligações: 59.663

Faltantes Consulfarma: 2.533

Total Consultas realizadas: 48.514

Total Exames realizados: 37.709

Total de agendamentos realizados: 86.223

PRINCIPAIS ESPECIALIDADES ATENDIDAS CONSULTAS

Médico Oftalmologista: 11.288 pessoas atendidas

Médico Cardiologista: 4.160 pessoas atendidas

Médico Neurologista: 3.776 pessoas atendidas

Médico Urologista: 2.944 pessoas atendidas

Médico Psiquiatra: 2.436 pessoas atendidas

EXAMES

Mamografia Bilateral para Rastreamento: 4.447 realizados

Eletrocardiograma (Ecg): 3.441 realizados

Ultrassonografia Transvaginal: 1.440 realizados

Ultrassonografia Obstétrica: 1.176 realizados

Ultrassonografia de Abdômen: 1.138 realizados

O Plano de Intervenção vem como uma ferramenta para auxílio do Programa

Mutirão Fila Zero para melhorias e aperfeiçoamento da Saúde de Santa Maria, tornando-se mais uma forma na busca pela melhoria dos serviços ao cidadão.

1.3. Metodologia de coleta de dados

O presente trabalho será realizado através de uma revisão bibliográfica sobre Saúde e uso da tecnologia no desenvolvimento de serviços, para identificar iniciativas que possam ser adequadas à solução dos problemas enfrentados no município de Santa Maria. As referências necessárias para seu embasamento estarão representadas pelos dados fornecidos pelo Plano Municipal de Saúde de Santa Maria e informações da Secretaria Municipal de Saúde.

1.4. Localização do Plano de Intervenção

O Plano de Intervenção será realizado com a Prefeitura Municipal de Santa Maria através da Secretaria Municipal de Saúde no Rio Grande do Sul.

1.5. Público-Alvo

Usuários de serviços de saúde do município de Santa Maria, que possuam acesso à internet em suas casas ou por meio de smartphones.

1.6. Valor previsto para o projeto

O Projeto tem como estimativa de custos entre 15 a 20 mil reais para realização, tendo como parte o uso de recursos de fonte interna e a busca de captação através de parceiros e convênios com empresas e instituições locais.

1.7. Duração do Projeto

O Plano de Intervenção tem duração de 12 meses, como prévia de início o mês de Novembro de 2018 e término em Novembro de 2019.

1.8. Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora

Prefeitura Municipal de Santa Maria - Secretaria Municipal de Saúde.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste plano de intervenção Saúde é a criação de uma plataforma virtual com site e aplicativo, que possibilite à população usuária dos serviços, o agendamento do atendimento na Unidade Municipal de Saúde, porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade de Santa Maria, de forma simples e rápida.

O Plano de Intervenção tem os seguintes objetivos específicos:

- Melhorar a qualidade dos serviços, dos processos e da atenção à saúde.
- Permitir ao Gestor Público acompanhar o funcionamento dos serviços de saúde realizados em Santa Maria, por meio de relatórios sistemáticos extraídos a partir dos dados do aplicativo;
- Oportunizar ao usuário um meio virtual no qual possa agendar, confirmar e cancelar consultas nas Unidades Municipais de Saúde, buscar informações de tratamento, medicamentos e vacinas; localizar locais de atendimento e; ter acesso ao cartão SUS;
- Consolidar uma nova forma de relacionamento com o cidadão, agilizando a prestação dos serviços;
- Contribuir para a redução de gastos aumentando a eficiência na saúde;
- Incentivar os Gestores Públicos para a construção de uma cidade colaborativa e conectada;
- Incentivar a Criação de Dados Abertos de Santa Maria.

3. MARCO TÉCNICO E TEÓRICO

3.1 Saúde no Brasil

O Brasil com seus 518 anos passou durante sua história por uma série de transições na saúde pública. Há 500 anos o país era povoado por índios e com a chegada dos portugueses ocorreu um processo de saúde e doenças diversificado para a época e região.

No ano de 1808 com a chegada da família real, começaram os cursos

universitários, dentre eles os cursos de medicina, dando início a formação de médicos e mudando o cenário que era de médicos que vinham de fora do país. Durante essa época, tinha força as Santa Casas que trabalhavam com a ideia de caridade e tinham uma vinculação muito forte com entidades religiosas.

No início do século XX, de 1900 a 1922, as questões epidemiológicas e sanitárias perpassam por todo o Brasil, tendo ações focadas nas áreas portuárias e ações referentes a vacinação. Em 1920, temos o surgimento da Caixas de Aposentadoria e Pensão(CAP), que são pactuações entre empregado e empregador, que tem o objetivo o acesso a recurso de cunho previdenciário e de saúde, sendo fortalecidos por meio de Getulio Vargas com os Institutos de Aposentadoria e Pensão(IAP), que são autarquias em nível federal dando um maior acesso a população,principalmente a classe trabalhadora.

Em 1934, consolidam-se as leis trabalhistas, trazendo direitos voltados a saúde.

Nas décadas de 70 e 80, surgem movimentos que fazem a Reforma Sanitária, sendo um movimento consolidado e constituido por intelectuais, corpor técnico de saúde, alguns partidos politicos, movimentos sociais e pesquisadores de instituições como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva(ABRASCO) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro(UERJ), tendo um caminho mais social e com olhar mais amplo, sendo discutida no ano de 1986 na 8ª Conferência Nacional de Saúde, processo importante, pois formalizou e trouxe subsídios para ser colocado na Constituição Federal de 1988, no art 196:

A saúde segundo a Constituição Federal Seção II Art. Art. 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A Saúde é considerada direito social, assegurada a todos os cidadãos e devendo ser oferecida pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo a atribuição de elaborar e executar políticas sociais e econômicas que reduzam o risco de doenças e outros agravos da população.

No ano de 1988 através da criação da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis n.º 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e nº 8.142/90, foi

criado pelo Governo Federal o Sistema Único de Saúde, programa que oportuniza o acesso universal ao sistema público de saúde. O SUS atua na promoção da saúde, prevenção e recuperação de ocorrência dos doentes.

Englobam os serviços a atenção básica, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica. O SUS também tem como atribuições fiscalizar e inspecionar alimentos, bebidas e águas para consumo humano e colaborar na proteção do meio ambiente.

O financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) engloba o aporte de recursos das três esferas de governo, federal, estadual e municipal, conforme determina a Constituição Federal de 1988, com vista à realização das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

3.2 Tecnologia na Gestão Pública

O uso da Tecnologia na Gestão Pública teve início à década de 1960, com o uso de ferramentas de informática para o armazenamento de dados, automação de processos, a estruturação de sistemas de pagamentos e de gestão de recursos humanos, com o foco para as demandas internas de cada órgão. Nos tempos atuais com o uso da Internet desenvolveu-se redes computacionais para armazenamento e desenvolvimento de dados, tendo como foco o compartilhamento e redesenho de recursos de tecnologia e informação para o atendimento focado as demandas do cidadão.

No processo histórico da democratização do Brasil, através da Constituição Federal de 1988, as melhorias implementadas no serviço público levaram a população a exigir dos gestores maior transparência e melhorias nos serviços prestados, durante os anos 90 diversas ações foram realizadas mas nos anos 2000 realmente começaram a ser vistas as implementações legais e institucionais para a transparência e divulgação das melhores formas de gerir, tendo como exemplos diversos países.

A Inovação tem como foco o aumento do padrão de serviços de políticas públicas, através de ações de mudanças no modo ver um serviço ofertado como saúde, educação, segurança, etc. a transparência da prestação dos serviços públicos, implementando novas formas de gerir as demandas da sociedade e a criação de

espaços de participação popular.

“Existem diversas tipologias e classificações para explicar as tecnologias da informação, destacando as características mais relevantes e as fases de políticas públicas que a TI se encontram, existindo setores que as tecnologias da informação são classificadas, sendo estas: tecnologia de banco de dados; tecnologia de suporte à decisão; tecnologias de comunicação e trabalho em grupo; tecnologias de rastreamento e identificação pessoal; automação de escritório e, por fim, tecnologias multimídia.” (Balbe, 2012)

A utilização da meios digitais na Administração Pública, cria oportunidades de desenvolvimento econômico nas cidades, tendo o cidadão como foco prioridades nas ações públicas, sendo ele um participante direto do planejamento e desenvolvimento das atividades, obtendo assim a oportunidade na construção implementação de políticas públicas, além disso o acompanhamento.

Com estes avanços e na renovação política e da tecnologia transportando tudo o que um cidadão necessita na palma da mão a tecnologia ganhou ainda mais espaço, permitindo ganhos na eficácia, eficiência, transparência e governança, permitindo a todas as pessoas e gestores saber o que ocorre nos seus municípios e no mundo em tempo real, criando assim uma grande rede participação social.

Porém para o efetivo funcionamento da tecnologia de informação deve-se entender o processo administrativo, da organização e das equipes de trabalho, para analisar e identificar quais as melhores ferramentas tecnológicas serão utilizadas, para assim alcançar os interesses da organização.

“As mudanças no modo de gerir a coisa pública podem levar uma utilização em escala crescente do recursos tecnológicos. Essas mudanças oportunizam aos gestores enormes oportunidades e ferramentas para o desenvolvimento e implementação das ações de governo reduzindo a burocracia, incorporando assim inovações tecnológicas entre as unidades administrativas públicas e o cidadão.” (Nascimento, Freire e Dias 2012)

4 ESCOPO DO PROJETO

4.1.Estrutura Analítica do Projeto

O Plano de Intervenção, será realizado através de reuniões entre as secretarias envolvidas no projeto e a contratação de empresa tercerizada para desenvolvimento, através de licitação e reuniões entre os envolvidos para a realização.

A estrutura de entregas e prazos será efetuada no período de um ano tendo os envolvidos responsabilidades e deveres a serem executados, para a realização deste desde a organização, planejamento e entrega do serviço ofertado a população.

4.2. Não escopo do projeto

Não está incluso no projeto o fornecimento dos dados de transparência de documentos e serviços, já que o site da Prefeitura já possui uma plataforma de transparência.

4.3 Levantamento de Restrições, Premissas e Riscos

Restrições:

- Custo para realização do Aplicativo;
- Poucos profissionais na área de TI;
- Dificuldade de dados digitalizados na Secretaria de Saúde;

Premissas:

- Disponibilidade do homologador de uma entrega em tempo integral;
- Aprovação da entrega do projeto em tempo hábil;
- A prefeitura ter disponibilidade de oferecimento de ambiente de software e hardware, conforme especificados no desenvolvimento do projeto.
- Redução/Aumento da receita
- Financiamento do Governo antes do início do projeto. Estrutura de gestão e principais atores envolvidos no Projeto

4.4 Estrutura de gestão e principais atores envolvidos no Projeto

A equipe do projeto consiste nas pessoas com papéis e responsabilidades designadas para a condução e acompanhamento do projeto, e tem o objetivo

de garantir um resultado bem-sucedido, tendo como gestores o Gabinete do Prefeito e a Secretaria de Saúde.

- Beneficiários: Prefeitura Municipal de Santa Maria e Secretaria de Saúde.
- Proponentes: Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Saúde.
- Parceiros: Universidades e Cursos técnicos em tecnologia e Secretaria de Gestão e Modernização Administrativa.
- Patrocinadores: Empresas de Tecnologia de Santa Maria

4.5 Quadro de Trabalho/equipe do projeto

Ação: Reunião com o Prefeito		
Confirmação da Execução do Plano de Intervenção		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável
Reunião	1 dia	Gabinete do Prefeito

Ação: Reunião com as Secretarias envolvidas		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável
Reuniões para Formulação e efetivação do Plano de Intervenção	04 meses	Gabinete do Prefeito

Ação: Licitação e Pregão		
Pacote de Trabalho:		
Atividade	Estimativa de duração	Responsável
Formulação do Pregão e Licitação do Projeto	02 meses	Controladoria e Auditoria Geral do Município

Ação: Reunião com a Empresa Prestadora do Serviço		
Pacote de Trabalho:		

Atividade	Estimativa de duração 1 mês	Responsável
-----------	--------------------------------	-------------

Ação: Busca dos dados a serem fornecidos		
Pacote de Trabalho: Dados da Secretaria de Saúde		
Atividade Informações dos Serviços ofertados pela Secretaria de Saúde	Estimativa de duração 1 mês	Responsável Secretaria de Saúde

Ação: Desenvolvimento dos Softwares		
Pacote de Trabalho: Programação do Site e Aplicativo		
Atividade Programação do Site e Aplicativo	Estimativa de duração 06 meses	Responsável Empresa Contratada

Ação: Teste do Site e Aplicativo		
Pacote de Trabalho: Teste de Usuários		
Atividade Teste do Software e Site	Estimativa de duração 15 dias	Responsável Empresa Prestadora do Serviço

Ação: Lançamento do Aplicativo e Software		
Pacote de Trabalho: Divulgação e Organização		
Atividade Divulgação a Imprensa	Estimativa de duração 15 dias	Responsável Prefeitura Municipal de Santa Maria

Ação: Lançamento do Aplicativo e Software		
Pacote de Trabalho: Divulgação e Organização		
Atividade Evento de Lançamento	Estimativa de duração 01 dias	Responsável Prefeitura Municipal de Santa Maria

5. CRONOGRAMA DO PROJETO

O Plano de Intervenção tem como duração doze meses, tendo como início o mês de Novembro de 2018 e término em Novembro de 2019.

O Cronograma será elaborado através do Gabinete do Prefeito com encaminhamento para a Secretaria de Saúde. O Cronograma elaborado para o Plano poderá ser alterado devido as demandas e situações do Governo, mas com este calendário será possível realizar dentro do prazo estimado.

	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19
Reunião com o Governo	█												
Aprovação do Projeto	█												
Reuniões com Secretarias	█	█	█	█									
Licitação					█	█							
Pregão						█							
Reunião com a empresa prestadora						█							
Programação							█	█	█	█	█	█	
Entrega do Site e Aplicativo													█
Informações para Imprensa	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Lançamento do Programa													█

6. ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO

O Projeto será monitorado e avaliado através de indicadores, linha de base, metas e meio de verificação, exemplificados da seguinte forma:

Indicador	Linha de base	Meta	Meio de Verificação
Reunião com Prefeito	Conversa sobre o Plano de Intervenção	Aprovação Plano de Intervenção	Ata autorizando o início do Plano.
Reuniao com Secretaria de Saúde	Apresentação do Plano de Intervenção	Busca de representante para construção do Plano	Aprovação da Secretaria de Saúde através de ata.
Licitação	Realização do Edital	Realização e Publicação da Licitação	Publicação do Edital
Desenvolvimento do App e Software	Desenvolvimento do App e Software pela Empresa	Testar e Entregar as ferramentas prontas.	Ferramenta Concluída
Apresentação do Plano de Intervenção Pronto	Apresentação do Plano para Prefeito e Secretaria de Saúde	Aprovação e Verificação de mudanças	Aprovação da Prefeitura através de ação de divulgação e transparência
Evento de Lançamento	Divulgação e Organização do Evento	Lançamento da Ferramenta	Realização do Evento
Funcionamento da Ferramenta	Utilização do cidadão	Funcionamento do APP e Site	Utilização da População.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas percorrem um grande número de desafios para a sua execução, desde a transparência dos seus serviços até ações de desenvolvimento de forma uniforme e com a mesma linha de pensamento. A utilização da Tecnologia pela Gestão Pública, busca a promoção da melhoria da vida das pessoas, reduzindo a burocracia e aproximando o cidadão do Governo. Mesmo com a crise econômica enfrentada pelos Gestores, cabe a eles a busca por tecnologias que melhorem a transparência e facilitem o modo de gerir os municípios, tornando-os grandes cidades compartilhadas.

Surge nos dias atuais a demanda do cidadão na colaboração e busca de informações em tempo real, cabendo aos gestores a criação e uso da tecnologia para melhoria dos serviços.

A tecnologia na gestão pública veio para modificar o modo de como gerir e informar o cidadão, sendo uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de ações do governo, mas também um facilitador para a participação nas ações de governo.

O desenvolvimento de tecnologia para a Saúde vem para trazer transparência, avaliação e tornar-se uma ferramenta de diferencial na execução de serviços, exigidos pelo cidadão, facilitando o acesso e o contato com médicos e com o serviço público.

Conclui-se que o uso da tecnologia no setor público, através do desenvolvimento e aplicação de novos modelos de gestão, permite aos gestores e sociedade melhorias na eficiência, eficácia e transparência nos resultados, oportunizando aos municípios meios de aplicar novas estratégias com foco nos dados obtidos, tendo como contrapartida a participação da cidadania ativa e participativa no desenvolvimento da administração pública, propondo ideias e avaliando os serviços, tornando a cidade mais colaborativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBE, Ronald da Silva. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. **Revista do Serviço Público**. Brasília, ENAP, n.61, Abr/Jun, 2010.

NASCIMENTO, Stefanie G. V. Do; FREITAS, Gustavo Henrique De Araújo; DIAS, Guilherme Ataíde. **A tecnologia da informação e a gestão pública..** 1 ed. João Pessoa: MPGOA, 2012.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas – soluções inventivas. garimpo de soluções..** São Paulo: [s.n.], 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Organização mundial de saúde**. Disponível em: <<https://www.paho.org/bra/>>. Acesso em: 13 set. 2018.

COMUNITAS. **Publicações**. Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/publicacoes/>>. Acesso em: 13 set. 2018.
Prefeitura de Santa Maria – <http://www.santamaria.rs.gov.br/>

DIGISUS. **Digisus**. Disponível em: <- <http://portalms.saude.gov.br/acoes-e-programas/digisus/>>. Acesso em: 13 set. 2018.